

Impactos da pandemia de Covid 19 sobre migrantes internacionais em Florianópolis SC: perspectiva de uma assistente social¹

Daniel Granada²

Márcia Sgarbieiro³

Resumo

Este artigo aborda a situação dos imigrantes no município de Florianópolis a partir de uma entrevista realizada com uma Assistente Social da prefeitura do município no ano de 2022. Através da narrativa da profissional é possível identificar as temáticas já bastante discutidas na literatura sobre saúde, migrações e proteção social como as dificuldades relacionadas ao domínio da língua, as intersecções de preconceitos enfrentados pelas pessoas imigrantes durante a pandemia e após ela. A pesquisa foi realizada através de entrevistas e análise de narrativas. As conclusões apontam a necessidade de se pensar em políticas que promovam a acessibilidade desta população aos serviços.

Palavras-chave

Imigração; Florianópolis; Serviço Social; Análise de narrativas.

Impacts of the Covid-19 pandemic on international migrants in Florianopolis SC: a social worker's perspective

Abstract

This article addresses the situation of immigrants in the city of Florianopolis based on an interview carried out with a Social Worker from the city hall in 2022. Through the professional's narrative it is possible to identify themes already widely discussed in the literature on health, migration and social protection such as difficulties related to language proficiency, the intersections of prejudices faced by immigrants during the pandemic and after. The research was carried out through interviews and narrative analysis. The conclusions point to the need to think about policies that promote accessibility to services for this population.

Keywords

Immigration; Florianópolis; Social Work; Narrative analysis.

Artigo recebido em janeiro de 2025

Artigo aceito em março de 2025



Introdução

A pandemia de Covid 19 foi um fenômeno global, mas cujas consequências foram sentidas localmente. Conforme ensina Sontag (2002) um vírus não tem vontade, não possui ideologia, portanto é na sua inserção em contextos sociais e políticos precisos que ocorre o seu desenvolvimento e evolução, a história social da doença, deste modo, está intimamente associada ao território e às decisões nele tomadas em termos de saúde coletiva.

Este artigo analisa as experiências de imigrantes internacionais na cidade de Florianópolis, principalmente, mas não exclusivamente, durante a pandemia de Covid 19, sob a perspectiva de uma trabalhadora de um CRAS do município⁴. A pesquisa foi realizada entre 2021 e 2023 e foi elaborada através de revisão da bibliografia sobre a pandemia e migrações, bem como através da aplicação de um questionário semiestruturado com uma assistente social do município de Florianópolis. É importante frisar que foram feitas entrevistas com 11 pessoas imigrantes em Florianópolis, bem como, com outros atores envolvidos na proteção social e à saúde dos imigrantes, entretanto, para os objetivos deste artigo, o conteúdo analisado relaciona-se com a entrevista realizada com a servidora do CRAS a respeito da situação dos imigrantes no acesso aos serviços, antes da pandemia e durante a pandemia de Covid 19 no Brasil.

Entender que a realização da pesquisa foi posterior ao auge da pandemia no Brasil é fundamental para se compreender que as narrativas elaboradas pelos profissionais se constituem em representações, formas de olhar para o passado, a partir do momento presente, buscando compreender e organizar de forma lógica os eventos que se passaram. Mais do que se preocupar em encontrar a “verdade” na experiência relatada pelos trabalhadores do serviço a respeito do período pandêmico, o artigo busca colocar em evidência as representações elaboradas a posteriori pelos sujeitos, levando em conta suas percepções e sentimento com relação ao ocorrido e as relações com os imigrantes.

A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética da UNIFESP⁵, e integra uma rede composta por sete núcleos de pesquisa⁶. Em função de princípios éticos estabelecidos e assinados pelo entrevistador e seus interlocutores(as), a identidade dos sujeitos será mantida em sigilo, eventuais nomes que venham ser mencionados são fictícios. Também entendemos aqui que a nacionalidade não possui qualquer validade em termos biológicos para justificar maior ou menor suscetibilidade à contaminação por qualquer doença, portanto, convém assinalar que a categoria nacional, quando mobilizada nesta pesquisa, se refere única e exclusivamente ao país de nacionalidade declarada pelo entrevistado, compreendendo que são as condições tanto do deslocamento quanto de vida e saúde no país de instalação que vão ser determinantes para os processos de saúde e adoecimento das pessoas imigrantes.

Santa Catarina no quadro das migrações internacionais

Santa Catarina é um estado historicamente construído a partir de diferentes processos migratórios, de açorianos, alemães, italianos, japoneses, apenas para citar algumas nacionalidades que contribuíram para a formação do território, estas dinâmicas populacionais não ficaram relegadas ao passado. No caso das migrações recentes, ocorridas após 2010, o estado de Santa Catarina apresentou duas fases do processo migratório. No caso dos processos migratórios internacionais se trata de uma imigração laboral e existem relatos de exploração de mão de obra, preconceito, dificuldades de moradia e de acesso aos serviços de saúde.

De acordo com Magalhães (2017), a primeira fase estaria relacionada com o recrutamento, por empresas do estado, diretamente da região Norte e de São Paulo, em um contexto de maior mobilidade Norte-Sul da população de imigrantes. Para o autor, a segunda fase inicia em 2014, e é caracterizada por processos de mobilidade interna do Vale do Itajaí para as regiões do Centro-Oeste catarinense, em particular aquelas localidades que possuem atividades econômicas com grande demanda de mão de obra e alta volatilidade de trabalhado-



res, como no caso dos frigoríficos. A chegada desses novos fluxos de imigrantes levanta questões sobre as políticas de acolhimento e integração desta população nos locais de assentamento. Tanto na capital quanto nas cidades do interior.

Por exemplo, no oeste de Santa Catarina, o fluxo de chegada de imigrantes, iniciado em 2011 na região de Chapecó contabilizava, em 2016, em torno de 4.000 imigrantes internacionais que haviam procurado a divisão regional da Polícia Federal para providências com relação a passaporte, dos quais 90% eram haitianos, e os demais senegaleses e de outras nacionalidades (BORDIGNON; LANGOSKI, 2018). Os dados referem-se à região de abrangência da delegacia que responde por 84 municípios, sendo que, segundo as autoras, a maior parte dos imigrantes se encontram instalados em Chapecó.

Nos estudos sobre as migrações no Centro-Oeste catarinense destaca-se o papel das redes sociais nos processos migratórios, os processos discriminatórios em função da cor da pele e da nacionalidade estrangeira, as dificuldades com as locações para moradia, a vontade dos imigrantes em conquistar postos de trabalho mais valorizados, bem como os casos de exploração de sua mão de obra. (Ver GRANADA (2017); SALES, 2016; MAGALHÃES e BAENINGER (2017); MAGALHÃES (2017); BORDIGNON e LANGOSKI (2018); RISSON, MARGO(2017); RIBEIRO (2018); e ZANELLA (2017)).

O estado de Santa Catarina, que faz parte da região sul do Brasil, possui uma população estimada de 7.610.361 pessoas. Já Florianópolis, sua capital, tem a peculiaridade de possuir uma parte continental e outra insular, denominada Ilha de Santa Catarina, abriga cerca de 537.211 habitantes (IBGE, 2022). A capital do estado é um grande pólo turístico nacional, com belezas naturais e praias reconhecidas internacionalmente, portanto, acumula funções de centro político e administrativo do estado e cidade turística.

Santa Catarina é um estado que atualmente abriga 82.024 imigrantes registrados oficialmente como moradores do estado. Entre

2020 e 2021, 23.000 novos estrangeiros chegaram ao estado. Os dados do Cadastro Único para Programas Sociais (Cad Único) também refletem a chegada desses estrangeiros, desde 2019 o número saltou de 5,7 mil para 20.000 integrantes de famílias consideradas de baixa renda. Segundo dados da Polícia Federal, o maior contingente de imigrantes é o de haitianos, seguidos dos venezuelanos e argentinos. Florianópolis, uma vez que se trata da capital do estado, abriga boa parte do contingente de imigrantes. Florianópolis também possui a particularidade de ser o segundo município brasileiro a possuir uma política voltada para a população migrante.

O Projeto de Lei 17.696/2018 começou a tramitar em dezembro de 2018 e foi aprovado em votação na Câmara de Florianópolis em 17 de junho de 2019. Com a sanção pelo prefeito Gean Loureiro (DEM), em 28 de julho seguinte, o PL entrou em vigor como Lei Ordinária 10.735/2020.

Em seus 10 artigos, a nova norma prevê a garantia ao imigrante e a sua família de acesso a direitos fundamentais e sociais e aos serviços públicos garantidos pela Constituição Federal. Também visa impedir violações de direitos, combater a xenofobia e fomentar a participação social dessa população.

Mesmo com estes dispositivos legais foram identificados alguns problemas relativos ao acesso aos serviços de saúde e proteção social dos trabalhadores imigrantes durante a pandemia de Covid 19.

A evolução da disseminação da Covid 19 em Santa Catarina e os trabalhadores imigrantes

O primeiro caso de Covid 19 em Santa Catarina foi confirmado no dia 13.03.2020. No dia 17 do mesmo mês, com sete casos contabilizados, foi publicado um decreto pelo governador contendo medidas de restrição de mobilidade e distanciamento social (Decreto nº 509/2020). Essa medida foi considerada como uma estratégia de fundamental importância na contenção da expansão da contaminação no





estado, onde até o fim do mês de março do mesmo ano, foram contabilizados 235 casos oficialmente infectados. Será a partir da flexibilização — decisão tomada a partir de 01.04.2020, que o número de casos começará a subir. Assim, em 14.04.2020, o estado já contabilizava 853 casos confirmados e 31 óbitos. Inicialmente, a disseminação do coronavírus se concentrou na faixa litorânea, na Grande Florianópolis, no Vale do Itajaí e em alguns municípios do Sul catarinense.

Até 14 de abril foram contabilizados apenas 20 casos confirmados na mesorregião Oeste e a imprensa começava a noticiar os dois primeiros casos confirmados de Covid-19 em Ipumirim, município com pouco mais de 7.000 habitantes, vizinho a Concórdia. Os trabalhadores eram funcionários da JBS, que, em reportagem ao G1 SC, afirmou estar prestando atendimento às famílias e tomando as medidas de segurança e prevenção preconizadas pela OMS (AGROINDÚSTRIA, 2020). Um mês depois, em 15.05.2020, os jornais noticiavam que Chapecó, com 446 casos confirmados, era o segundo município com maior número de casos, atrás apenas de Florianópolis, com 466. O município de Concórdia se encontrava até então na sexta posição em número de casos, com 241 confirmados (SC, 2020). No final de junho, o mesmo jornal trazia como manchete que SC passava de 9,6 mil casos de coronavírus com 148 mortes, com o subtítulo: “Chapecó voltou a ser a cidade com mais pacientes, com 939. Concórdia aparece logo em seguida, com 935” (CALDAS, 2020).

Segundo os dados do relatório do Observatório das Migrações, entre janeiro e julho de 2019 foram contratados 8.382 trabalhadores migrantes com carteira assinada no estado de SC (CAVALCANTI, OLIVEIRA, MACEDO, 2019). Em matéria publicada em 16.07, o maior jornal do estado noticiava que SC tinha 3.132 trabalhadores do setor frigorífico infectados e 2.399 casos suspeitos. A mesma notícia informou que o Ministério Público do Trabalho exigiu a retirada da premiação por assiduidade em dinheiro para evitar que os funcionários escondessem os sintomas da doença (BASTOS, 2020a).

A reportagem destacou ainda a alta prevalência da contaminação entre os imigrantes, trazendo informações obtidas com um procurador sobre as testagens ocorridas em um grande frigorífico do estado, revelando a prevalência de testes positivos entre os imigrantes. O percentual de exames positivos foi de 53,33% entre trabalhadores de Bangladesh, 42,79% entre haitianos, 39,58% entre senegaleses e 30,91% entre venezuelanos, ao passo que a prevalência da testagem entre brasileiros foi de 20,26% (Bastos, 2020a). O jornal não trouxe números absolutos, portanto, não é possível saber a proporção do número de imigrantes com relação aos brasileiros, mas é possível afirmar que os postos reservados aos imigrantes são aqueles que geralmente ficam mais expostos à contaminação, em câmaras frias e linhas de corte e desossa.

Além disso, a referida matéria também sugere que os altos índices de contaminação dos migrantes não estariam apenas relacionados ao local de trabalho, mas às condições de vulnerabilidade em que vivem (BASTOS, 2020a). Muitos vivem em residências coletivas e, da mesma forma que os brasileiros pobres, não possuem condições de fazer o isolamento ou encontram dificuldades com hábitos de higiene, como lavar as mãos e comprar álcool em gel.

Fica praticamente subentendida, na reportagem, que a alta prevalência da contaminação entre os imigrantes estaria relacionada com seus modos de vida, o que facilitaria a propagação (BASTOS, 2020a). Nada se fala sobre os baixos salários, as longas jornadas de trabalho em ambiente insalubre, a dificuldade com o domínio da língua e a falta de orientação adequada por parte dos empregadores. O jornal também não cita que muitos desses imigrantes são buscados para ir ao trabalho em ônibus coletivos, o que facilita a propagação; também pouco que a moradia coletiva também é resultado dos baixos salários pagos pelo setor, obrigando os imigrantes a dividirem o aluguel em residências coletivas, frequentemente insalubres.



A perspectiva de uma assistente social sobre os processos migratórios em Florianópolis

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho e que tem como objeto as expressões da questão social (IAMAMOTO, 2003). A questão social aqui entendida como um conjunto de expressões e desigualdades da sociedade capitalista, uma vez que a produção social é coletiva e por outro lado a apropriação dos frutos da produção mantém-se privada e nas mãos de poucos. Esta expressão da desigualdade na apropriação da produção no capitalismo atinge milhares de pessoas no mundo, empurrando trabalhadores para realidades cada vez mais desiguais e excludentes. Esta realidade muitas vezes faz com que milhares de trabalhadores migrem em busca de melhores condições de vida e subsistência.

Em seu início no Brasil, na década de 1930, o Serviço Social tinha uma vinculação com o conservadorismo trazido pelos ideais burgueses e pela Igreja Católica. Somente nas décadas de 1960 e 70 começa a surgir a intenção de ruptura (NETTO, 2005), resultando assim numa busca pela superação aos ideais conservadores da sociedade capitalista burguesa. No final da década de 1970 a profissão passa por uma grande renovação, vinculando-se à tradição marxista e buscando nesta, o método para a análise e intervenção na realidade dada no exercício profissional. A profissão tem na construção do seu Projeto Ético-Político a direção social construída em prol de uma sociedade para além da exploração do modo de produção capitalista (NETTO, 2009). Entretanto este projeto tem, ao longo de sua história, sofrido ameaças por setores conservadores da sociedade. Isto tem se agravado nos últimos anos com a ascensão da extrema-direita e o questionamento a direitos conquistados pelos trabalhadores e por setores excluídos da população mundial.

Permeado pela contradição capital/trabalho, o Serviço Social tem no Estado seu maior empregador, principalmente a partir das políticas sociais. A política social, pela via do Estado, viabiliza o acesso de

boa parte da população a direitos sociais, apesar de suas contradições postas pelos antagonismos de classe social. No processo de redemocratização do Brasil após a ditadura militar, já na década de 1980, temos a promulgação da Constituição de 1988, e a implementação das políticas de Seguridade Social (Saúde, Assistência Social e Previdência Social). Estas políticas estão longe de ser a solução para a questão social, pois a própria contradição do modo de produção capitalista apresenta as políticas sociais como limitadas e paliativas, que amenizam os efeitos nefastos da desigualdade social provocada pelo capitalismo.

No Brasil, em meados dos anos 2000, a partir da PNAS – Política Nacional de Assistência, cria-se seu mecanismo de gestão: o SUAS – Sistema Único de Assistência Social (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2009). Este tem nos CRAS – Centros de Referência da Assistência Social – o atendimento mais próximo à população. Não seria diferente no atendimento à população migrante, pois esta chega aos serviços através do CRAS e os profissionais de referência, como é o caso das assistentes sociais.

Este artigo traz um relato sobre uma entrevista realizada com uma assistente social de um CRAS da cidade de Florianópolis que teve como objetivo compreender a situação dos trabalhadores migrantes internacionais durante a pandemia de Covid 19 no município e o acesso desta população à rede de proteção social. Ao longo da entrevista a profissional de Serviço Social, servidora pública municipal e trabalhadora do SUAS, demonstra em sua fala a percepção das contradições colocadas pelas políticas de proteção social à população migrante.

Marcamos a entrevista para um dia de novembro de 2022, chegamos ao CRAS no horário combinado com Cristina e fomos diretamente para uma sala começar a entrevista. A entrevistada se identifica como mulher branca, católica não praticante, com idade na faixa etária dos 40 anos, formada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina em 2002. Em sua trajetória profissional, conta que teve atuação como técnica de enfermagem durante um longo período,





passando posteriormente a trabalhar no que chama de “um abrigo de menores” e uma ONG que atuava junto a crianças e adolescentes. Ingressou no serviço público em um município da grande Florianópolis e em 2015 assumiu seu posto atual.

Ela afirma que desde que entrou no serviço acompanha a chegada de imigrantes no município e explica que eles acessam os serviços de forma constante. A partir de sua atuação profissional, a assistente social desvenda as diferentes nacionalidades e os períodos de chegadas dos imigrantes na cidade de Florianópolis:

Em 2015 houve um início, que foi também quando eu cheguei no município, mas eu acompanhei um pouco o atendimento, inicialmente dos imigrantes haitianos. Na ocasião eu entrei em agosto, então eles estavam até com uma equipe volante atendendo num ginásio, aqui, o Capoeirão, que é ali na frente do Angeloni. E aí eles faziam o atendimento inicial dos imigrantes ali, para cadastro único, para orientações diversas assim. Quando eu vim pro CRAS, em 2017, aí que o atendimento, eu verifiquei o atendimento mais direto com o imigrante assim, eram um número bem grande de haitianos, né, e a gente começou a observar assim em 2019, 2020, os venezuelanos. Mas a gente já atendeu sírio aqui, egípcio, senegales, guiana.

A profissional, em seu relato, explicita temas que são bastante recorrentes nos estudos sobre acesso à saúde e proteção social dos imigrantes, que se relacionam a questões de gênero, bem como, com a capacidade de domínio da língua do país de acolhimento, que ela entende como uma barreira para estes imigrantes.

Com os haitianos os atendimentos eram mais direcionados aos homens. As mulheres tinham uma dificuldade muito grande na fala. Tanto é que quando a gente ia fazer visita elas muitas vezes não nos atendiam pois elas não entendiam o que a gente falava. As mulheres haitianas, a gente observava isso, que elas ficavam muito reclusas ali no

mundo delas. Tem uma comunidade aqui, o morro da Caixa, e ali tinha um núcleo muito grande de haitianos assim, e eles moravam todos muito próximos um do outro assim, e sempre tinha uma mulher que ela era quem se comunicava melhor e auxiliava as outras haitianas. E os homens, aí eles vinham procurar o serviço, pela questão da linguagem. Eles aprendiam a falar mais, porque eles saiam para fazer as compras, para ir à farmácia, para procurar serviço, a creche, e aí as mulheres a gente tinha mais dificuldade.

Quando indagada sobre qual seria a maior dificuldade enfrentada pelas pessoas imigrantes em Florianópolis ela cita com segurança a questão da habitação. Por ser uma cidade turística e ao mesmo tempo o centro político e administrativo do estado de Santa Catarina, ainda por ter boa parte do território localizado em uma ilha, Florianópolis possui uma oferta bastante restrita de moradia. Muitas delas, sendo reservadas para locações sazonais em período de temporada de férias, e os preços das locações, sejam elas em temporada, mas também as locações anuais, são bastante elevados.

A primeira delas (necessidades dos imigrantes) seria a habitação. Eu atendi uma família semana passada, assim, eles vieram em quatro, aí eles ficaram primeiro em Roraima, e agora eles estão, de favor, em uma casa cedida por um outro imigrante, mas aí eles estão ocupando um espaço ali que tipo, são quatro pessoas. O casal já tinha dois filhos também, então são oito pessoas em uma casa com três quartos. Então a habitação é o primeiro impacto.

A gente vê esse movimento, de dificuldade, eles reclamam muito do valor do aluguel. Então uma família que eu atendi, foi para Paulo Lopes. Porque o filho arrumou um emprego em Paulo Lopes. Então, até a gente estava tentando direcionar um benefício, que é o BPC, o Benefício de Prestação Continuada, é um benefício da previdência social, para idosos acima de 65 anos, ou para pessoas com deficiência,



que não tenham meios de prover sua subsistência. E é um benefício que ele na verdade é encaminhado pelo CRAS, mas ele é do INSS. Ele é concedido pelo INSS, mas a família precisa procurar o CRAS para fazer o cadastro único. Aí faz o cadastro único, existe o critério de renda do benefício. E essa idosa, ela tinha 63 anos, e ela veio me dizer, que ela tinha que fazer faxina, porquê? Porque o filho não conseguia emprego, o marido, que é o companheiro dela, estava fazendo, eles dizem "diárias". E eles dizem: "as diárias não estão dando", e o aluguel, mil reais o aluguel. Então, a família não consegue esses meios. E o emprego, geralmente é outra reclamação deles, assim né, a questão da exploração. Então a gente fez uma oficina aqui com uma parceria com o círculo de hospitalidade, que é uma ONG, que faz esse atendimento à imigrantes. Então elas entregaram umas cartilhas, foi bem bacana. E um dos relatos das participantes foi esse: "ah, eu to trabalhando em um restaurante, três dias na semana, e agora ele me chamou para o restante da semana, mas não quer assinar minha carteira, sendo que a da brasileira ele assinou, que tá no mesmo período". Então a gente observa esses relatos, de exploração também da mão de obra deles, sabe.

A assistente social, através de seu relato, demonstra bastante conhecimento da realidade enfrentada pelos imigrantes seja para conseguir moradia digna no município de Florianópolis, seja para ter uma inserção digna no mercado de trabalho. Em função da precariedade encontrada no processo de instalação no município, acabam tendo que se submeter a trabalhos por diárias, sem acesso ao emprego formal.

Outros temas também bastante discutidos na literatura aparecem de forma contundente no relato da profissional, que testemunha sobre os preconceitos a que são submetidos os imigrantes haitianos, discriminados duplamente, pela origem estrangeira e pela cor da pele, tanto socialmente, quanto no acesso ao mercado de trabalho, aumentando assim a vulnerabilidade da condição de imigrante.

Com os haitianos, até pela questão da cor, da raça, a gente via bastante preconceito. Tanto com a língua também. Quando a gente ia fazer visita, no Morro da Caixa, eu tomava muito cuidado para não falar que: "ah, eu vim procurar um haitiano". "A não, a gente veio na rua tal, falar com a família tal". Eu tomava o cuidado de não dizer assim o nome. Porque a gente dizer, "ah, aquele negão lá", bem assim linguagem pejorativa que a gente via, e do preconceito também. E eles relatavam isso para gente, com relação ao emprego né, às vezes assim, vinham no CRAS para procurar orientação para mercado de trabalho; "ah eu já fui nesse lugar, eles nem queriam pegar o meu currículo", então "ah, me ofereceram uma creche lá no outro bairro sendo que eu moro aqui". Então não que isso, da creche realmente, provavelmente porque não tinha vaga, porque eles também não fazem distinção assim. Mas a gente notava muito esses relatos assim, é discriminatórios, para emprego principalmente.

Cristina explica como o serviço foi reorganizado para atender a população durante a pandemia, muitas mudanças foram introduzidas na rotina de trabalho, o que por vezes criou obstáculos suplementares para os mais vulneráveis.

Em março (2020), bem no início. Realmente o CRAS estava fechado, daí os nossos atendimentos eram por facebook, porque whatsapp não tinha. Aí quando retomou, "ah não, podem voltar", daí a gente voltou mas com a porta fechada. Aí foi disponibilizado atendimento telefônico, em alguns casos presenciais, mas no portão assim. A gente porque tem um espaço bacana aqui, cada um ficou na sua sala e conseguiu fazer o seu trabalho assim, e aí as famílias ligavam, era muito por telefone, e também vinham bastante no portão que a gente anotava. E foi mais assim bem a questão da subsistência, a cesta básica, a cesta básica era um dos maiores pedidos. E aí





depois veio o auxílio emergencial, uma demanda muito grande de auxílio emergencial. A gente notou uma diminuição desse imigrante chegando aqui no CRAS, aí uma das coisas que a gente observou foi realmente a porta fechada. Pela dificuldade de falar ao telefone, eles não acessavam. Quando a secretaria disponibilizou o whatsapp, a gente começou a receber bastante atendimento, para os imigrantes. Uma leitura que a gente fez foi essa assim, mas o atendimento foi direto, direto. E a gente notava que quando ia as entregas da cesta básica, aí a gente conseguia uma parceria aqui com a creche, então a gente entregava ali na creche também. Então vinha muitas famílias que eram atendidas na creche e a gente também atendia. E aí teve uma outra época que foram entregues em outros locais, assim, e depois a gente acabou entregando aqui no CRAS também, que daí não teve jeito assim, era uma demanda muito grande.

O relato da servidora expressa os desafios encontrados para se conseguir atender a população imigrante. Se não possuíam domínio da língua, como conseguiriam acessar o atendimento telefônico? Outro ponto a se ressaltar é que para utilizar o aplicativo de mensagens de texto, o imigrante precisava dispor de um telefone celular com acesso à internet, o que explica o maior afluxo no caso dos atendimentos presenciais diretamente no CRAS.

Quando indagada se percebeu alguma modificação com relação à presença dos imigrantes após a pandemia ela explica que sim. Na percepção da assistente social, a pandemia também provocou uma série de mudanças nos fluxos migratórios da população haitiana em Florianópolis. O período pandêmico, segundo ela, teria provocado um processo de remigração, de deslocamento dos haitianos instalados em Florianópolis para outros lugares, ela explica como isso se deu.

A gente sentiu uma mudança bem, bem, bem grande. Principalmente depois da pandemia. E tem uma colega

que trabalha no IFSC de São José. Ela tem um trabalho bem bacana com os haitianos lá para cursos de português. e ela notou a mesma diferença assim, inclusive ela falou para uma outra colega né, muitos foram pro Chile, foram para os Estados Unidos. Então assim, algumas famílias que eu atendia sumiram, a gente diz que sumiram assim. A gente quando vai fazer visita assim, não vê mais eles pela rua. Até de procurar o serviço, e até a gente indo nas comunidades a gente não encontra eles assim. Aí teve uma família, a que eu to atendendo, ela falou, que muita gente foi pro Chile, muitos voltaram pro Haiti também, isso me chamou atenção. Poxa, por que que voltaram pro Haiti, assim, né? Porque tudo que eles trabalhavam aqui, e tinha uns que assim trabalhavam em três, quatro, cinco lugares, pra guardar para viver, guardar o dinheiro, e também mandar para a família lá, porque ficou filho, ficou a família assim, pais, ou pais idosos que ficaram lá, ou a mãe, ou a sobrinha. E às vezes eles conseguiam trazer, às vezes não.

Considerações finais

Este artigo procurou colocar em evidência as questões relacionadas aos desafios enfrentados pelas pessoas imigrantes, não exclusivamente, mas também durante a pandemia de Covid 19. O que podemos concluir é que a pandemia serviu como um agravante de situações de vulnerabilidade que já estavam presentes em função da condição de imigrante. As dificuldades de acesso à moradia, ao trabalho digno, as dificuldades de domínio da língua e as intersecções de preconceitos que operam no processo de instalação dos imigrantes internacionais em Florianópolis, fazem parte da realidade de migrantes internacionais em inúmeras cidades brasileiras. O que a pesquisa demonstra de modo contundente, é a forma como as trabalhadoras dos serviços da política de assistência social possuem consciência destas vulnerabilidades, e percebem as falhas nas políticas e programas de acolhimento a imigrantes.





As conclusões apontam para a necessidade de uma escuta mais qualificada das trabalhadoras e trabalhadores sociais que possuem contato privilegiado com a população imigrante. Podendo, em consonância com seu exercício profissional, informar a gestão sobre as necessidades dessa população específica, bem como, sobre as dificuldades de implementação das políticas voltadas para a população imigrante. Diversos dos problemas relatados na entrevista poderiam ser mitigados caso houvesse uma escuta qualificada de quem está hodiernamente em contato com as demandas dessas populações. Muitos profissionais têm a barreira do idioma ao trabalhar com populações imigrantes, o que se coloca como entrave para uma escuta qualificada. Isto se coloca também como um desafio para a formação de assistentes sociais, que cada vez mais, se veem confrontados a trabalhar com populações imigrantes.

Bibliografia

AGROINDÚSTRIA do Oeste de SC tem dois funcionários internados com novo coronavírus. **G1 SC**, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/04/14/agroindustria-do-oeste-de-sc-tem-dois-funcionarios-internados-com-novo-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BASTOS, A. Coronavírus em frigoríficos: SC tem 3,1 mil trabalhadores do setor infectados e 2,4 mil casos suspeitos. **Diário Catarinense**, 16 jul. 2020a. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/casos-de-coronavirus-em-frigorificos-de-santa-catarina>. Acesso em: 10 jun. 2025

BORDIGNON, S. A. F.; LANGOSKI, D. T. GEIROSC – Grupo de estudo sobre imigrações para a região oeste de Santa Catarina: apoio e atendimento ao imigrante. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 750-765, jun. 2018.

CALDAS, J. Santa Catarina passa de 9,6 mil casos de coronavírus, com 148 mortes. **G1 SC**, 02 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/06/02/santa-catarina-passa-de-96-mil-casos-de-coronavirus-com-148-mortes.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. (org.). **Imigração e refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2019. Brasília, DF: OBMigra, 2019. Disponível em:

<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/relatorio-anual/RELAT%C3%93RIO%20ANUAL%20OBMigra%202019.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CHINA suspende importações de frigoríficos brasileiros, diz ministério. **Folha de S. Paulo**, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/china-suspende-importacoes-de-frigorificos-brasileiros-diz-ministerio.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2020.

GRANADA, D. Negritude e diferença no caso da imigração haitiana no sul do Brasil. **Périplos**, v. 1, n. 1, p. 118-125, 2017. haitiana no sul do Brasil. **Périplos**, v. 1, n. 1, p. 118-125, 2017.

GRANADA, Daniel; DETONI, Priscila. Corpos fora do lugar: saúde e migração no caso de haitianos no Sul do Brasil. **Temáticas**, Campinas, v. 25, n. 49/50, p. 115-138-138, 2017.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003. trabalho e formação profissional. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MAGALHÃES, L. F. A. **A imigração haitiana em Santa Catarina**: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. 2017. 355 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MAGALHÃES, L. F. A.; BAENINGER, R. Imigração haitiana no estado de Santa Catarina: fases do fluxo e contradições da inserção laboral. **Geografias**, Belo Horizonte, ed. esp., p. 100-111, 2017.

MOTA, A. E.; MARANHÃO, C.; SITCOVSKY, M. As tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional. In: MOTA, A. E. (org.). O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, **Política e Sociedade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 165-195.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (org.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009. p. 113-138.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.





RIBEIRO, V. S. **A interação haitiana em Concórdia/SC**. 2018. 96 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018. 2018. 96 p. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2666>. Acesso em: 21 ago. 2020.

RISSE, A.; MAGRO, M. Imigração e trabalho precário: reflexões acerca da chegada da população haitiana no oeste de Santa Catarina. **Périplos**, v. 1, n. 1, p. 144-152, 2017. reflexões acerca da chegada da população haitiana no oeste de Santa Catarina. **Periplos**, v. 1, n. 1, p. 144-152, 2017.

SALES, E. S. **Haitianos em Concórdia**: relatos de vida em mobilidade. 2016. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gênero e Diversidade na Escola) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. em mobilidade. 2016. 61 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/173845/TCC%20Eliete%20Sales.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SILVEIRA, João P. M., ZONTA, Ronaldo, PAESE, Fernanda, PINTO, SILVA, Fernanda K. M. PERINI, Felipe B., BÁFICA, Ana Cristina. M. F., SIQUEIRA, Elizimara, F., SOUZA, Júlia M., FREITAS, Fernanda L. Pandemia de covid-19: a experiência da organização da rede de serviços de saúde em Florianópolis. In: PORTELA, Margareth C., REIS, Lenice G. C., and LIMA, Sheyla M. L., eds. **Covid-19: desafios para a organização e repercussões nos sistemas e serviços de saúde** [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2022, pp. 409-426. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-123-5. <https://doi.org/10.7476/9786557081587.0029>.

SONTAG, S. **A Doença como metáfora**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

ZANELLA, Alan C. **O perfil da mão de obra haitiana em Concórdia - SC**. 2017. 56 p. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186316>. Acesso em: 21 ago. 2020.

Notas

- 1 Este artigo é resultado parcial do projeto de pesquisa “Acesso à saúde e vulnerabilidades de imigrantes internacionais no contexto de disseminação da Covid 19. Que conta com o apoio financeiro e institucional da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo n. 2021/06792-2) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, processo n. 403913/2021-7 e 305522/2022-1)

- 2 Doutor em Etnologia e História pela Université de Paris Ouest Nanterre La Défense e University of Essex. Professor adjunto do Departamento de Ciências Naturais e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina, Pesquisador do PROMIGRAS (UNIFESP) e INCT Brasil Plural. E-mail daniel.granada@ufsc.br orcid.org/0000-0003-0193-5679
- 3 Assistente Social, doutora em Serviço Social pela PUC São Paulo, Professora Adjunta da Universidade Estadual de Londrina no Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ciência, Ética e Integridade - GEPCEI-UEL. E-mail: marciasgarbieiro@uel.br orcid.org/0000-0002-6372-4626
- 4 O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é uma unidade pública de atendimento à população e são oferecidos os serviços referentes à política de Assistência Social. Neste artigo não vamos identificar a servidora em função da assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido firmado entre as partes. Para fins de redação empregaremos um nome fictício.
- 5 Projeto CEP/UNIFESP 0424/2022 parecer nº 5.452.965, Emenda 5.939.048, Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo).
- 6 Os núcleos se dividem em diferentes estados, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina com dois núcleos em Florianópolis e Chapecó) e São Paulo

